

DIÁLOGO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

INSTITUCIONAL

COM O PGJ

MENSAGEM Nº 12, 22 de setembro de 2017.

Caros companheiros de jornada,

Representando nosso Ministério Público, cumpri extensa agenda de trabalho em Brasília, iniciando com a posse da nova Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, que cumula a presidência do CNMP, desejando que sua gestão dignifique o Ministério Público brasileiro e persevere no combate ingente ao câncer social que é a corrupção.

Atuando conjuntamente com a CONAMP, estivemos com a bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados para tratar do rezoneamento eleitoral e acerca da PEC do teto remuneratório. Fizemos visitas institucionais com lideranças partidárias na Câmara, para estreitamento do relacionamento do MPMA na área parlamentar.

Com o objetivo de promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas da União (TCU), possibilitando aos servidores e membros das duas instituições a participação em cursos de capacitação e de desenvolvimento profissional, promovidos por suas unidades competentes, e em seminários, simpósios, encontros e outros eventos da mesma natureza, observados os critérios de seleção e a disponibilidade de vagas.

Na execução do Plano Geral de Atuação, a campanha MARANHÃO CONTRA AS DROGAS teve lançamento em Porto Franco, Buriti Bravo, Colinas e Estreito, com a entusiasmada e efetiva participação dos titulares das Promotorias de Justiça. Também como atividade de nosso Plano Estratégico, dentro do programa O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO, promovemos reunião entre os Promotores de Justiça e os Prefeitos dos doze municípios com precatórios para este ano, além do CAOp da Educação, para reiterar os termos das decisões do TCU e do STF no sentido de que essas verbas obtidas pelo reconhecimento do pagamento a menor do repasse da União deve ser aplicado exclusivamente na educação.

Dentro da mesma linha de ação articulada e interinstitucional, os membros da Força-Tarefa de Combate aos Crimes de Sonegação Fiscal no Maranhão debateram, na Procuradoria Geral de Justiça, a criação do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), que propiciará o recebimento de altos valores decorrentes de crimes contra a ordem tributária.

Encerramos a semana com a aprovação unânime, pelo Eg. Conselho Superior do Ministério Público, de Enunciado proposto pelo presidente do Colegiado e competentemente relatado pelo Conselheiro Francisco das Chagas Barros de Sousa, fixando interpretação sobre o art. 81 da LC 13/91, o que permitirá atender demanda de expressiva parcela de membros pela movimentação horizontal na carreira.

Avante MP! Deus nos abençoe a todos!

Luís Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça